

Em alegações finais, Cláudia Cruz pede a Moro que seja absolvida

A jornalista Cláudia Cruz, mulher do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu sua absolvição no processo a que responde no âmbito da operação "lava jato". Ela baseou seu pedido no argumento de que o próprio juiz Sergio Moro reconheceu que sua conta não recebeu valores com origem ilícita.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Cláudia Cruz afirma que juiz federal Sergio Moro já reconheceu que ela não usou valores oriundos de corrupção
Marcos Oliveira/Agência Senado

Cláudia [virou](#) ré na “lava jato” em junho de 2016, quando Moro aceitou denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal. Na ocasião, o juiz afirmou que existem indícios de que a mulher de Eduardo Cunha ocultou valores em uma conta secreta no exterior.

Disse ainda que haver indícios de que a jornalista gastou mais do que conseguiria com os rendimentos lícitos do casal. O MPF a acusa de ter despesas desproporcionais com viagens internacionais, diárias em hotéis de luxo e compras em lojas de grife. Na ação, o órgão pediu que Cunha e sua mulher devolvessem, respectivamente, R\$ 20 milhões e R\$ 4,4 milhões aos cofres públicos.

Contudo, aponta a defesa de Cláudia em suas alegações finais, o juiz federal reconheceu que a conta dela não recebeu valores oriundos de suposto esquema de corrupção de Eduardo Cunha na compra de campo de petróleo na África. Na peça, os advogados **Pierpaolo Cruz Bottini, Igor Tamasauskas, Cláudia Vara San Juan Araújo e Stephanie Guimarães**, todos do Bottini & Tamasauskas Advogados, apontam que os tais recursos suspeitos permaneceram nos *trusts* do ex-deputado na Suíça.

Dessa forma, a defesa ressalta que o dinheiro para pagar as faturas de cartões de crédito de Cláudia Cruz vinha de atividades legais de Cunha.

MPF pede condenação

Por outro lado, o MPF pediu, em abril, que Cláudia Cruz seja condenada a prisão em regime fechado. Segundo os procuradores da República, o dinheiro que ela usou teve origem em negócio da Petrobras



para explorar campo de petróleo em Benin.

Queda rápida

Eduardo Cunha foi [preso preventivamente](#) em outubro por Moro na ação penal em que o deputado cassado é acusado de receber R\$ 5 milhões, depositados em contas não declaradas na Suíça. O valor seria oriundo de vantagens indevidas, obtidas com a compra de um campo de petróleo pela Petrobras em Benin, na costa oeste africana.

O processo foi aberto pelo STF, pois Cunha ainda estava na Câmara. Porém, mas, após a [cassação do seu mandato](#), a ação foi enviada para o juiz Sergio Moro, porque Cunha perdeu o foro privilegiado. O ex-deputado federal foi [condenado](#) por Moro em 30 de março pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Somadas as penas, Cunha deverá cumprir 15 anos e 4 meses de prisão. Considerando os agravantes, Moro definiu 6 anos de prisão por corrupção passiva, 5 anos e 10 meses por lavagem de dinheiro e 3 anos e 6 meses por evasão de divisas.

Clique [aqui](#) para ler a íntegra da petição.

Processo 5027685-35.2016.4.04.7000

Date Created

14/05/2017